



# Anais da Assembléia

Nº 170

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 09ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1991  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

As dezesseis horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Tadeu Lúcio Machado, José Artur Ritti, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Mirô Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares e Severino Félix (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão. A Ata da sessão anterior será discutida na sessão de segunda-feira.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimento:

#### REQUERIMENTO Nº 3506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os

projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, autoriza o Poder Executivo a ceder o uso do imóvel da FASPAR, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 581/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 143/91, objetivando dar nova redação ao parágrafo 3º, do Art. 32, da Lei Complementar nº 07, de 22/12/76, alterado pelas Leis Complementares nºs 13, de 23 de dezembro de 1981 e 44, de 26 de janeiro de 1989, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 581/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1º - O § 3º do art. 32, da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 13, de 23 de dezembro de 1981 e nº 44, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar da seguinte forma:

Art. 32 - ...

"§ 3º - Por avanço diagonal entende-se a progressão de uma para outra referência da mesma classe, definidas no parágrafo 6º do artigo 10, mediante o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao vencimento de professor ou especialista de educação, a cada passagem para a referência consecutiva".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1992.

Sala das Sessões, em 06.12.91.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 581/91

P A R E C E R:

Dã nova redação ao § 3º do artigo 32 da Lei Complementar nº 07, de 22.12.76.

É objeto de nossa análise o Projeto de Lei nº 581/91, de autoria do Senhor Chefe do Poder Executivo Estadual, encaminhado a este Legislativo por intermédio da Mensagem nº 143/91, de 05 de dezembro fluente.

Objetiva a matéria alterar o § 3º do Art. 32 da Lei Complementar nº 07, de 22/12/76, estabelecendo uma diferença de 5% (cinco por cento) nas progressões de uma para outra referência da mesma classe (avanço diagonal) e não 3,3% (três vírgula três por cento) como lhes vem sendo pago atualmente.

Sob o aspecto jurídico, a propositura observa os preceitos do artigo 66, I, combinado com o artigo 53, VIII da Constituição Estadual.

Neste sentido, concluímos pela constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 581/91, motivo que nos leva a manifestar nosso parecer favorável à sua aprovação, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à deliberação do soberano Plenário.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 581/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei complementar, oriundo da Mensagem Governamental nº 143/91, tem por finalidade dar nova redação ao § 3º, do Art. 32, da Lei Complementar nº 07, de 22/12/76, alterado pelas Leis Complementares nºs 13, de 23 de dezembro de 1981 e 44, de 26 de janeiro de 1989, conforme especifica.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 141/91, dispõe sobre o reajustamento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS da C.F., por unanimidade. Aprovado. no D.A. nº 165, de 09.12.91 - Mens.)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 582/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 141/91, tem por finalidade dispor sobre o reajuste dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão, e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91.

(aa) MARIO BEZERRA

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 582/91

P A R E C E R:

Não havendo óbices legais, regimentais e, sobretudo, constitucionais, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/91, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS - Of. nº 1.256/91, reajusta, a partir de 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, os vencimentos dos membros integrantes do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 584/91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tendo em vista o disposto no artigo 2º da Lei Estadual nº 9366, de 12 de setembro de 1990, ficam reajustados na forma seguinte:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, Cr\$ 922.085,48 (novecentos e vinte e dois mil, oitenta e cinco cruzeiros e quarenta e oito centavos); e

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, Cr\$ 1.229.447,30 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e quarenta e sete cruzeiros e trinta centavos).

Art. 2º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 618,81 (seiscentos e dezoito cruzeiros e oitenta e um centavos), a partir de 1º de janeiro de 1992 e Cr\$ 825,08 (oitocentos e vinte e cinco cruzeiros e oito centavos), a partir de 1º de fevereiro de 1992.

Art. 3º - Os reajustes de que trata esta lei, incorporam os índices de correção salarial anteriores a 1º de janeiro de 1992, eventualmente, concedidos ou recebidos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.91.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 584/91

AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS

P A R E C E R:

I - O Tribunal de Contas apresenta Ofício de nº 256/91, que visa reajustar, a partir de 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, os vencimentos dos membros integrantes do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

II - Procedida a análise da matéria, não encontramos óbices para a tramitação do presente, nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 584/91

P A R E C E R:  
O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Contas - Of. 1.256/91, tem por finalidade reajustar, a partir de 01.01.92 e 01.02.92, os vencimentos dos membros integrantes do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A medida proposta recebeu parecer favorável da dita Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/91, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS OF. nº 1.257/91, reajusta, a partir de 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 585/91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos cargos em comissão e as funções gratificadas pelos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, vigentes em dezembro de 1991, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, na forma das tabelas que constituem o anexo I, desta Lei;

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, na forma das tabelas que constituem o anexo II, desta Lei.

Art. 2º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 618,81 (seiscentos e dezoito cruzeiros e oitenta e um centavos), a partir de 1º de janeiro de 1992 e Cr\$ 825,08 (oitocentos e vinte e cinco cruzeiros e oito centavos), a partir de 1º de fevereiro de 1992.

Art. 3º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajus-

tados em 135,5% (cento e trinta e cinco vírgula cinco por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, 76,63% (setenta e seis vírgula sessenta e três por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1991; e

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1992.

Art. 4º - Fica fixado o valor único das Gratificações de Produtividade em Cr\$ 19.293,00 (dezenove mil, duzentos e noventa e três cruzeiros), a partir de 1º de janeiro de 1992, e em Cr\$ 25.724,00 (vinte

e cinco mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros), a partir de 1º de fevereiro de 1992.

TRA

Art. 5º - Os reajustes de que trata esta lei, incorporam os índices de correção salarial anteriores a 1º de janeiro de 1992, que venham a ser eventualmente concedidos ou reconhecidos.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.91.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

# ANEXO I

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F .....	11.921,02
SÍMBOLO 2-F .....	10.119,69
SÍMBOLO 3-F .....	8.923,68
SÍMBOLO 4-F .....	7.163,03
SÍMBOLO 5-F .....	6.546,31
SÍMBOLO 6-F .....	5.343,79
SÍMBOLO 7-F .....	4.149,41

# ANEXO I

VIGÊNCIA JANEIRO DE 1992

## CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

NÍV/REF.	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	371.285,80	423.265,81	482.523,02	550.076,24
2	259.900,06	296.286,07	337.766,12	385.053,38
3	245.048,63	279.355,44	318.465,20	363.050,33
4	230.197,20	262.424,81	299.164,28	341.047,28
5	215.345,76	245.494,17	279.863,35	319.044,22
6	200.494,33	228.563,54	260.562,44	297.041,18
7	185.642,90	211.632,91	241.261,52	275.038,13
8	170.791,47	194.702,28	221.960,60	253.035,08
9	155.940,04	177.771,65	202.659,68	231.032,04
10	141.088,60	160.841,00	183.358,74	209.028,96
11	126.237,17	143.910,37	164.057,82	187.025,91
12	118.811,46	135.445,06	154.407,37	176.024,40

## CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA DAS

SÍMBOLO DAS-1 .....	293.616,86
DAS-2 .....	268.964,22
DAS-3 .....	247.916,69
DAS-4 .....	219.292,82
DAS-5 .....	197.561,06

## CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA C

SÍMBOLO 1-C .....	127.494,38
SÍMBOLO 2-C .....	117.747,44
SÍMBOLO 3-C .....	108.883,46

ANEXO II

VIGÊNCIA FEVEREIRO DE 1992

CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

NÍVREF.	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	495.047,73	564.354,41	643.364,03	733.434,99
2	346.533,41	395.048,09	450.354,82	513.404,49
3	326.731,50	372.473,91	424.620,26	484.067,10
4	306.929,59	349.899,73	398.885,69	454.729,89
5	287.127,68	327.325,56	373.151,14	425.392,30
6	267.325,77	304.751,38	347.416,57	396.054,89
7	247.523,87	282.177,21	321.682,02	366.717,50
8	227.721,96	259.603,03	295.947,45	337.380,09
9	207.920,05	237.028,86	270.212,90	308.042,71
10	188.118,14	214.454,68	244.478,34	278.705,31
11	168.316,23	191.880,50	218.743,77	249.367,90
12	158.415,28	180.593,42	205.876,50	234.899,21

CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA DAS

SÍMBOLO DAS-1 .....	391.489,15
SÍMBOLO DAS-2 .....	358.618,97
SÍMBOLO DAS-3 .....	330.555,58
SÍMBOLO DAS-4 .....	292.390,43
SÍMBOLO DAS-5 .....	263.414,75

CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA C

SÍMBOLO 1-C .....	169.992,51
SÍMBOLO 2-C .....	156.996,58
SÍMBOLO 3-C .....	144.924,62

ANEXO II

FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F .....	15.894,69
SÍMBOLO 2-F .....	13.492,92
SÍMBOLO 3-F .....	11.898,24
SÍMBOLO 4-F .....	9.550,70
SÍMBOLO 5-F .....	8.728,41
SÍMBOLO 6-F .....	7.125,06
SÍMBOLO 7-F .....	5.532,55

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 585/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Egrégio Tribunal de Contas, enviado através do Ofício nº 1.257/91, objetiva reajustar, a partir de 1º de Janeiro e 1º de Fevereiro de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do referido Tribunal, em aumento linear de 156% para os cargos efetivos e 135,5% para os cargos em comissão escalonados para os cargos efetivos a partir de 1º de Janeiro de 1992, 92% sobre os valores vigentes em Dezembro de 1991 e 33,33%, a partir de 1º de Fevereiro de 1992; e para os cargos em comissão, a partir de 1º de Janeiro de 1992, 76,63% sobre os valores vigentes em Dezembro de 1991 e a partir de 1º de Fevereiro de 1992, 33,33%, sobre os valores vigentes em Janeiro de 1992.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, não vemos óbice a sua normal tramitação.

processual legislativa estando em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Destarte, esta C.C.J. dá parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de Lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 585/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo do Tribunal de Contas - Ofício nº 1.257/91, tem por finalidade reajustar, a partir de 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A medida proposta recebeu Parecer FAVORÁVEL da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/91 de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Of. nº 127/91, reajusta, a partir de 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e Alçada, bem como, o salário do pessoal regido pela CLT, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165 de 09.12.91 - Of.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 586/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em análise, oriundo do Tribunal de Justiça, Ofício nº 127/91, tem a finalidade de reajustar, a partir de 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias, dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como o salário do pessoal regido pela CLT, conforme espe-

cifica.

Ao procedermos a análise deste, verificamos a preocupação daquele Poder no sentido de manter atualizados os vencimentos de seus servidores, observando-se a igualdade de tratamento aos funcionários dos demais Poderes, conforme preceitua a Carta Estadual.

Chamada a opinar, a Douta Comissão de Constituição e Justiça, através deste relator, manifesta-se FAVORÁVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 586/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Justiça - Of. nº 127/91, tem por finalidade reajustar, a partir de 1º/01/92 e 1º/02/92, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e da Alçada, bem como, o salário do pessoal regido pela CLT, conforme especifica.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/91, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA - Of. nº 1220, Reajusta, a partir de 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, os vencimentos dos servidores do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165 de 09.12.91 - Of.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 587/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, através do Ofício nº 1.220, datado de

09 de dezembro de 1991, objetiva reajustar, a partir de 1º de janeiro de 1992, os vencimentos dos servidores do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, na forma que especifica.

Procedida análise constitucional, legal e regimental da matéria, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando a proposição em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Assembleia Legislativa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu Parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 587/91

#### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Procuradoria Geral da Justiça - Of. nº 1220/91, tem por finalidade reajustar, a partir de 1º/01/92 e 1º/02/92, os vencimentos dos servidores do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, conforme especifica.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Excepcionalmente eu queria apenas abrir um parêntese para fazer um convite aos Srs. Deputados e a Sra. Deputada, bem aos funcionários da Casa e aos representantes da Imprensa para participarem da 14ª Festa do Pêssego que irá se realizar em Irati a partir de amanhã, nos dias 13,

14, e 15 de dezembro. É a 14ª Festa do Pêssego e a 2ª Festa do Borrego no Rolete. O Borrego no Rolete é uma festa muito bonita, uma festa regional, onde todos os produtores, os Prefeitos, Vereadores e lideranças estarão presentes, expondo e vendendo principalmente a sua produção de pêssego nesta Festa que se realiza anualmente na Cidade de Irati, no Parque Aquático.

Portanto, fica o convite, em nome da comunidade sulista, aos Srs. Deputados, a Sra. Deputada, aos Srs. funcionários da Casa, e a nossa Imprensa para que participem desta Festa, que é muito bonita e extremamente importante para nós.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um comunicado.

Ontem, nesta Casa, debateu-se a respeito da questão dos hospitais, e críticas foram feitas em relação à administração pública de Curitiba, que não estaria dando a devida atenção, especialmente ao Hospital Evangélico. Quero comunicar que ontem pela manhã o Prefeito Jaime Lerner estava conversando e recebendo uma comissão de Diretores do Hospital Evangélico que foram à Prefeitura solicitar ajuda financeira e o Prefeito Jaime Lerner está autorizando, ainda hoje, um repasse de 20 milhões de cruzeiros para o atendimento emergencial ao Pronto Socorro do Hospital Evangélico.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 3506, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonesse, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/91 do Projeto de Lei Complementar nº 381/91 e do Projeto de Lei nº 515/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 376, 472, 494, 502, 518, 555, 558 e 566/91 do Projeto de Lei Complementar nº 581/91 e dos Projetos de Lei nºs 582, 584, 585, 586 e 587/91.

Levanta-se a Sessão.